

# Para além da integração e do isolamento: mobilidades e presenças na Amazônia urbana<sup>1</sup>

*Beyond integration and isolation: mobilities and presences in urban Amazonia*

*Más allá de la integración y el aislamiento: movilidades y presencias en la Amazonia urbana*

Fabio Magalhães Candotti  
Flávia Melo

---

**Como citar:** Candotti, F. M. e Melo, F. (2022). Para além da integração e do isolamento: mobilidades e presenças na Amazônia urbana. *Mundo Amazônico*, 13(1), 8-18. <https://doi.org/10.15446/ma.v13n1.101227>

---

**A** proposição do Dossiê **Regimes de presença e mobilidade na Amazônia Urbana** foi um desdobramento de projeto de pesquisa realizado no Brasil, entre 2016-2018, com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq<sup>2</sup>. Coordenada por Fabio Candotti, a equipe do projeto reuniu pesquisadores/as<sup>3</sup> de instituições situadas na Amazônia e fora dela, envolvidos/as em debates sobre fronteiras, legalismos e ilegalismos, relações de gênero e cuidado, relações interétnicas, políticas públicas na Amazônia; e comprometidos, em suas próprias trajetórias, com deslocamentos e engajamentos de diferentes ordens no território amazônico.

O investimento na categoria analítica “regimes de presença e de mobilidade” buscava nos distanciar de um certo “nacionalismo metodológico” (Wimmer e Glick Schiller, 2002) e nos dedicar mais à compreensão de formas de controle,

---

**Fabio Magalhães Candotti.** Professor do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Federal do Amazonas, UFAM. Coordena o grupo de pesquisa Ilhargas – Cidades, Políticas e Saberes na Amazônia. E-mail: fmcandotti@gmail.com  
**Flávia Melo.** Professora e Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Amazonas (PPGAS/UFAM). E-mail: flaviamelo@ufam.edu.br

de produções de fronteiras e alteridades muito particulares. Por isso, muitos de nós, envolvidos nessa abordagem, perseguimos os desdobramentos de uma perspectiva que percebe as “margens” do Estado como espaços de “criatividade” e onde aparecem “formas alternativas de ação política e econômica” (Das e Poole, 2008). Tratava-se, ainda, de (re)conhecer a “Amazônia” além das discursividades que a produzem como uma região natural, isolada e inabitada. Quiçá, como um “complexo urbano e transfronteiriço”, expressão com a qual temos buscado descrever essa “região” “por meio de uma trama de relações, genealogias, tensões e trânsitos de pessoas, objetos e afetos” (Melo, 2020, p. 121).

Em artigo publicado em 2002, Wimmer e Glick Schiller realizaram uma minuciosa revisão da história das ciências humanas e demonstraram as diferentes maneiras como a sociologia, a antropologia, a geografia, a história, a economia e as relações internacionais colaboraram nos processos de construção de nações e estados-nações, nas suas definições de cidadania e nas políticas de controle das mobilidades transnacionais (Wimmer e Glick Schiller, 2002). Na Amazônia, isso impõe uma indagação teórica e política, feita há décadas pelas ciências humanas, sobre continuidades e descontinuidades coloniais/pós-coloniais (Balandier, 2014; Stocking Jr., 1991; Quijano, 1992; Rivera-Cusicanqui, 2010; Kilomba, 2019) e colonialismos internos (González Casanova, 2006; Cesarino, 2017). Trata-se de uma questão que sugere atenção a processos contemporâneos que podem estar relacionados a um certo “regionalismo metodológico” ou um “amazonismo”<sup>4</sup> de nossas ciências quando se encontram diante da Amazônia (Candotti, no prelo). Processos que, também, parecem centrais para compreender não só as distintas formas assumidas pelos estados-nações e pela própria região, como as diferenciações generificadas, racializadas e etnicizadas, implícitas ou evidentes, dos corpos que habitam e se movem entre cidades, vilas, comunidades e aldeias (Melo, 2018; Melo e Olivar, 2019; Melo, 2020).

Como afirmávamos quando propusemos este dossiê, ainda em 2019, nas últimas duas décadas, no Brasil, tomou forma um novo campo interdisciplinar de estudos sobre mobilidades e fronteiras na Amazônia. Afastando-se parcialmente das análises sobre as frentes de expansão dos anos 1970 e 80 (Godfrey, 1988; Martins, 1997; Velho, 2009), esse campo seguiu, em grande medida, a pauta hegemônica e global dos estudos sobre fronteiras nacionais que emergiu com o fim da Guerra Fria e ganhou força após os atentados de 11 de setembro de 2001 nos EUA. Nessa pauta, foram iluminados deslocamentos transnacionais tidos como problemáticos do ponto de vista de estados-nações e de outras agências de governo das populações, como aqueles implicados no “tráfico de drogas”, no “contrabando” de mercadorias, no “tráfico de pessoas”, na “imigração ilegal”, na “clandestinidade” e na “fuga de cérebros”. Na Amazônia, a nova geração de pesquisas sobre fronteiras e mobilidades conectou essa pauta global a preocupações com a “integração” da Pan-Amazônia e o “desenvolvimento regional”, dando ênfase a novas “migrações” transnacionais

(Machado, 2000; Becker, 2005; Rodrigues, 2006; Aragón, 2009; Silva, 2011; Castro e Hazeu, 2013; Machado *et al.*, 2014; Jakob, 2015; Oliveira, 2016).

Esses estudos tiveram, sem dúvida, o mérito de tornar visível a vida social de cidades ainda pouco pesquisadas, bem como a vida de coletivos socialmente estigmatizados. Contudo, em meio a uma série de indícios de um novo processo de endurecimento de políticas securitárias de fronteira na América do Sul – agudizado nos anos mais recentes – buscávamos nos aproximar de outra perspectiva teórica, metodológica e epistemológica. Nesse sentido, aliamo-nos aos esforços analíticos que problematizavam o que Jose Miguel Olivari, Flávia Melo e Patrícia Rosa (2015) chamaram de “regimes de presença e mobilidade”, um conceito inspirado em uma outra geração recente de estudos sobre mobilidade e fronteira (Grimson, 2003; Zárate-Botía, 2008; Albuquerque, 2010; Glick Schiller e Salazar, 2013; Piscitelli, 2013) cujos impactos se fizeram sentir em outras coletâneas e dossiês publicados no Brasil (Piscitelli, Assis e Olivari, 2011; Colognese e Cardin, 2014; Albuquerque e Olivari, 2015; Paiva, Albuquerque e Cardin, 2018; Olivari e Passamani, 2019).

Esse conceito tem nos direcionado a esforços etnográficos e micropolíticos que colocam em evidência os próprios dispositivos de governo, no sentido de conjuntos heterogêneos de agências e agenciamentos, estatais e não estatais, que buscam conduzir as condutas de outrem (Foucault, 2004). Ou seja, estudos que analisam o governo – espetacular ou ordinário – dos corpos e das populações, a constituição das alteridades e das desigualdades, a criminalização e o cuidado humanitário de suas mobilidades e presenças (Albuquerque e Paiva, 2015; Olivari, 2015, 2017; Melo, 2018, 2020; Melo e Olivari, 2019; Paiva, 2019, 2015; Candotti, Melo e Siqueira, 2017). Assim, interessamo-nos mais em conhecer os diferentes modos de habitar e de fazer essas fronteiras, em meio a relações de poder nas quais essas diferenças são suscitadas, negociadas e contornadas. Acreditamos que, por essa via, temos apreendido práticas e processos de “fronteirização” nem sempre localizados nas proximidades dos limites nacionais (Grimson, 2003; Albuquerque, 2010; Lois, 2014). Práticas e processos que se cruzam com a produção de outras fronteiras espaciais, como a fronteira regional amazônica, e que podem acompanhar outras marcações de origem, como os “colonos” e “imigrantes” na Amazônia colombiana (Chaves, 2002) e os “nordestinos” e “estrangeiros” na Amazônia brasileira (Candotti, no prelo; Melo, 2020). É dando a devida atenção a essas práticas e processos de fronteirização que podemos ver, para além das mobilidades, um mundo de relações fronteiriças que embaralham, torcem, ignoram e diversificam, de maneiras mais ou menos imperceptíveis, as rígidas delimitações espaciais, legais, econômicas, morais e identitárias de que se valem os dispositivos de governo (Olivari, 2018; Nascimento, 2018).

Esse mundo de relações, fluxos e trocas fronteiriças que tensionam a rigidez dos dispositivos de governo ficou ainda mais explícito quando fomos

arrebatados, nos primeiros meses de 2020, pela “chegada” da pandemia da covid-19 ao Brasil e, em particular dramaticidade e gravidade, ao Amazonas. Naquela ocasião, análises apressadas e superficiais prenunciavam o retardamento do advento do novo coronavírus ao território amazônico, este presumido, uma vez mais, como isolado e pouco acessado pelos circuitos aéreos e o – suposto – incipiente trânsito internacional (principalmente se comparado aos aeroportos de metrópoles nacionais como São Paulo). Como argumentamos antes, o nacionalismo rechaçado em nossa perspectiva metodológica é componente indissociável da concepção e da gestão de políticas públicas. Afinal, estas são engrenagens dos dispositivos de governo que produzem, ou melhor, performam incessantemente a nação (e a região) e uma série de diferenças sempre excludentes (Butler, 1990).

A despeito das previsões equivocadas, o registro da primeira morte provocada por covid-19 no Amazonas ocorreu concomitante a outras registradas no restante do país, e ao reconhecimento da transmissão comunitária no interior do estado. Os incipientes e morosos esforços de controle sanitário no Aeroporto Internacional Eduardo Gomes (em Manaus/AM) se demonstraram impotentes e atestaram a invalidez de seus pressupostos. No rastro da célebre expansão virulenta vimos relevados deslocamentos densos, frequentes e nada recentes através da extensa malha hidrográfica que conecta pessoas e bens por toda a Amazônia, dentro e fora dos limites nacionais. A trajetória de difusão do vírus pelas calhas dos rios amazônicos e a chegada da pandemia às mais distantes comunidades exibiu a nulidade do há muito naturalizado “isolamento” amazônico; desnudou a precariedade da saúde pública e de muitas outras políticas que deveriam garantir os mínimos sociais; exibiu com virulência literal os equívocos de oposições rígidas como aldeia e cidade; e potencializou as desigualdades interseccionadas por marcadores sociais de gênero, raça/etnia, nacionalidade, dentre outros.

A pandemia impactou, inclusive, a feitura deste dossiê e retardou a sua publicação por quase dois anos. Primeiro, pela emergência sanitária, julgamos prioritário que o espaço de reflexão da Revista Mundo Amazônico fosse ocupado por análises produzidas sob o impacto do vivido. Essas reflexões podem ser apreciadas nos números anteriores da revista em dossiês dedicados exclusivamente ao tema<sup>5</sup>. Em janeiro de 2021, quando esperávamos alguma estabilidade e creímos no arrefecimento do vírus, embora e ainda sem acesso à vacina, fomos arrebatados por nova onda de covid-19 e a crise de oxigênio na cidade de Manaus, onde nós, editor e editora, vivemos. Além da massiva contaminação e das incertezas inerentes, experimentamos o adoecimento e o luto coletivo. Naquele período, faltavam condições emocionais para conclusão da tarefa que agora acabamos.

Finalmente, apresentamos este dossiê com uma coletânea que em processo de produção e reflexão é fruto do seu tempo, das condições disponíveis e da trajetória heterogênea do campo de estudos a que nos dedicamos. O conjunto

de textos apresentados a seguir é composto por sete artigos e uma resenha, produzidos por pesquisadores que, como nós, e em sua maioria, habitam e se movimentam no território amazônico. Para além das contribuições compartilhadas conosco e de seus objetos de estudo; seus deslocamentos – de outras cidades para a Amazônia, da capital para o interior, ou entre pequenas cidades, vilas e comunidades – e seus engajamentos com os mais diferentes agentes sociais são meio para a compreensão de relações elaboradas nos/ pelos movimentos de pesquisadores e pesquisadoras na Amazônia. Ou seja, suas próprias trajetórias nos sugerem caminhos de reflexão sobre regimes de presença e de mobilidades. Quanto aos artigos reunidos no dossiê, são exemplares do itinerário teórico-metodológico que rememoramos antes, pois cada um deles se alia a diferentes perspectivas para abordar as mobilidades e o território produzido como Amazônia.

Em “*BR-319: Um espaço de colonialidade nas novas fronteiras amazônicas*”, Marcelo da Silveira Rodrigues dialoga com as análises sobre as frentes de expansão para compreender o que denomina de novas estratégias e linguagens capitalistas e modernizantes na Amazônia. O autor recorre ao estudo de um projeto de repavimentação da rodovia BR-319, especialmente em duas comunidades do eixo da estrada, Vila de Realidade e a Comunidade de São Sebastião do Igapó Açu, partindo da compreensão da BR-319 como um espaço de fronteira, acepção cunhada Martins (1997). O recurso à literatura decolonial permite ao autor identificar em projetos como esses os processos de colonialidade definidos por Quijano (1992).

O artigo escrito por Dulce Mendes Moraes, Florinda Lima Orjuela, Norma Lima Orjuela e José Miguel Nieto, “*Regimes de presença e mobilidade no noroeste amazônico: o caso Tuyuka em São Gabriel da Cachoeira*”, propõe reflexão sobre regimes de presença e mobilidade a partir da atenção etnográfica à trajetória de uma família extensa de origem étnica Tuyuka, na cidade de São Gabriel da Cachoeira, no Alto Rio Negro, (AM, Brasil). Esses regimes colocam em relação tempos e espaços indígenas, tempos e espaços coloniais, gerações e parentesco, trajetórias de conhecimento e política indígena rionegrina, fronteiras nacionais, e relações entre terras indígenas, comunidades de diversas escalas e a cidade.

Diana Manrique García nos apresenta o trabalho “*Habitar y curar: entre tensiones y (re) existencias en la ribera alta del río Iténez*”, no qual faz uma abordagem etnográfica da complexidade relacional presente nos territórios amazônicos, onde os percursos de cuidado e cura se relacionam à presença de instituições religiosas. Essas marcas fazem parte de um legado missionário da Igreja Católica, principalmente de jesuítas e franciscanos, além de retratarem disputas espirituais e tensões entre os atores envolvidos.

“*Políticas públicas de saúde e migração venezuelana na fronteira amazônica de uma perspectiva antropológica*”, escrito por Fabiane Vinente dos Santos e Rafaële

Queiroz, explora continuidades, rupturas e efeitos da Lei No. 13.445/2017 no Estado do Amazonas no que se refere às respostas do Brasil ao fluxo migratório dos venezuelanos, investigando os processos de formulação de políticas públicas relacionadas a estes imigrantes, com foco no campo da saúde.

A entrevista “*A Rede Transfronteiriça Covid-19: pesquisa e monitoramento da pandemia desde a Tríplice Fronteira entre Brasil, Colômbia e Peru*” descreve um processo de articulação e colaboração efetiva entre pesquisadores e instituições universitárias nos três países que formam a tríplice fronteira entre Brasil, Colômbia e Peru. O seu objetivo foi sistematizar informações, pesquisar, monitorar e divulgar resultados sobre a pandemia de forma conjunta, e pensar essas localidades e municípios fronteiriços como uma única região transfronteiriça. Essa perspectiva rompe com o nacionalismo metodológico e coloca uma série de desafios para a sistematização conjunta informação que se evidenciaram na produção dos boletins de covid-19 na região. A entrevista foi realizada por Lindomar Albuquerque com Geise de Góes Canalez, José Joaquín Carvajal, Pedro Rapozo e Rodrigo Reis.

O último texto, “*Cinema perspectivista*”, consiste na resenha do filme “A febre”, uma ficção cujo enredo acompanha o cotidiano de Justino, um indígena que vive na cidade de Manaus e trabalha como segurança em um porto local. Sua filha, Vanessa, técnica de enfermagem é aprovada em Medicina, na Universidade de Brasília. O roteiro exibe, em diálogos multilíngues o cotidiano dessa família, as inseguranças da jovem e o acometimento súbito de uma febre. Os autores e a autora (Mario Rique Fernandes, Guilherme Henrique Soares, Luiza Maria Fonseca Câmpera e Silvio Sanches Barreto) enfatizam, dentre outros aspectos, os encontros e desencontros de “mundos” a que indígenas estão sujeitos ao experimentar o trânsito e a vida nas cidades.

Esse conjunto de textos, construídos sobre uma base bastante heterogênea de temas e abordagens teórico-metodológicas, nos ajudam a refletir sobre a dinâmica e uma parte da história do pensamento social sobre e na Amazônia, e os modos como este tem se dedicado a estudar formas de presença e de mobilidades em regimes os mais diversos. Neles, reaparecem temas inescapáveis à compreensão da Amazônia: grandes projetos desenvolvimentistas, expansão capitalista, colonialismo, missão cristã, relações interétnicas, urbanização, sistemas de crença e cura, múltiplas ontologias etc. Essas questões se atualizam diante da atenção a acontecimentos atuais, como o deslocamento de habitantes da Venezuela para países vizinhos (a chamada “migração venezuelana”), a intensificação da mobilidade de pessoas indígenas entre fronteiras nacionais, o reconhecimento público da presença dessas mesmas pessoas em grandes cidades, e os impactos da pavimentação de estradas na vida de comunidades. Acontecimentos que se tornaram ainda mais dramáticos no contexto da pandemia de Covid-19, dadas as emergências sanitárias e as limitações estruturantes das políticas públicas, principalmente

em regiões de fronteira. Essas, e muitas outras questões não abordadas neste dossiê, sinalizam os desafios inerentes a esse campo de investigação necessariamente interdisciplinar, heterogêneo e em processo de constituição.

## Notas

---

<sup>1</sup> Este trabalho é resultado de pesquisas realizadas pelos autores com recursos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, da Fundação de Amparo à Pesquisa do Amazonas e da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Federal do Amazonas.

<sup>2</sup> Projeto Regimes de mobilidade espacial na Amazônia urbana. Edital Universal CNPq, 2015.

<sup>3</sup> Nos referimos a Jose Miguel Nieto Olivar (CPAS/FSP/USP), Luiz Fabio Silva Paiva (LEV/UFC), Lindomar Albuquerque (Liminar/UNIFESP) e Silvana Nascimento (NAU/FFLCH/USP) a quem agradecemos a duradoura parceria e amizade.

<sup>4</sup> Nos referimos aqui a um dispositivo de saber semelhante ao “orientalismo” (Said, 1978).

<sup>5</sup> Ver volume 11 (n.º 2) e volume 12 (n.º 1) da Mundo Amazônico.

## Referências

- ALBUQUERQUE, J. L. C. (2010). A dinâmica das fronteiras: os brasiguaios na fronteira entre o Brasil e o Paraguai. *São Paulo: Annablume*, 97-122.
- ALBUQUERQUE, J. L., e Paiva, L. F. S. (2015). Entre nações e legislações: algumas práticas de “legalidade” e “ilegalidade” na tríplice fronteira amazônica (Brasil, Colômbia, Peru). *Revista Ambivalências*, 3(5), 115-148. <https://doi.org/10.21665/2318-3888.v3n5p115-148>
- ARAGÓN VACA, L. E. (2009). *Migração internacional na pan-Amazônia*. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos/UFPA.
- BALANDIER, G. (2014). A situação colonial: abordagem teórica. *Cadernos Ceru*, 25(1), 33-58.
- BECKER, B. K. (2005). Geopolítica da amazônia. *Estudos avançados*, 19(53), 71-86. <https://doi.org/10.1590/S0103-40142005000100005>
- BROWDER, J.O., e Godfrey, B.J. (2006). Cidades da floresta: urbanização, desenvolvimento e globalização na Amazônia Brasileira. Da UFAM.
- CANDOTTI, F. M. (2017). *Sobre linhas de segmentação “amazônicas”: dispositivos de saber e movimento*. Seminário Permanente Gênero e Territórios de Fronteira. Mesa, 4.

- CANDOTTI, F. M. (2018). Regimes de mobilidade, branquitude e colonialismo através da “Amazônia”. 56º Congreso Internacional de Americanistas, Simpósio 12/49. Régimenes de movilidad, exilios, migraciones, turismos. Salamanca.
- CANDOTTI, F. M.; Melo Da Cunha, Flávia; Siqueira, Ítalo L. (2017). *A grande narrativa do Norte: considerações na fronteira entre crime e Estado*. In: MALLART, Fabio; GODOI, Rafael. BR 111: a rota das prisões brasileiras. São Paulo: Veneta/Le Monde Diplomatique.
- CANDOTTI, F. M., Melo Da Cunha, F., e Siqueira, I. L. (2017). *A grande narrativa do Norte: considerações na fronteira entre crime e Estado*. BR, 111, 35-47.
- CASTRO, E., e Hazeu, M. (2012). Cidades, fronteiras transnacionais e migração na Pan-Amazônia. *Somanlu: Revista de Estudos Amazônicos*, 12(2), 17-43. <https://doi.org/10.29327/233099.12.2-1>
- CESARINO, L. (2017). Colonialidade interna, cultura e mestiçagem: repensando o conceito de colonialismo interno na antropologia contemporânea. *Ilha Revista de Antropologia*, 19(2), 073-105. <https://doi.org/10.5007/2175-8034.2017v19n2p73>
- CASANOVA, P. G. (2006). Colonialismo interno (uma redefinição). BORON, Aa; Amado, J.; González (Org.). *A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas*. Buenos Aires: CLACSO, 395-420.
- CHAVES CHAMORRO, M. (2002). Jerarquías de color y mestizaje en la Amazonia occidental colombiana. *Revista colombiana de Antropología*, 38, 189-216. <https://doi.org/10.22380/2539472X.1261>
- CARDIN, E. G., e COLOGNESE, S. A. (Eds.). (2014). As ciências sociais nas fronteiras: teorias e metodologias de pesquisa (pp. 43-59). Editora Gráfica JB.
- DA SILVA, P. R. Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano. *Revista do Direito Público*, 15(2), 219-221.
- GLICK SCHILLER, N., and Salazar, N. B. (2013). Regimes of mobility across the globe. *Journal of ethnic and migration studies*, 39(2), 183-200. <https://doi.org/10.1080/1369183X.2013.723253>
- GODFREY, B. J. (1988). Frentes de expansão na Amazônia: uma perspectiva geográfico-histórica. *Geosul*, 3(6), 7-19.
- GRIMSON, A. (2003). *Los procesos de fronterización: fujos, redes e historicidad*. García, Clara Inés (comp.), Fronteras. Territorios y metáforas, Medellín, Ed. Hombre Nuevo, 15-33.

- JAKOB, A. A. E. (2015). A migração internacional recente na Amazônia brasileira. *REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, 23(45), 249-271. <https://doi.org/10.1590/1980-8585250319880004513>
- KÖVEKER, D. (2006). *Michel Foucault, Sécurité, territoire, population*. Cours au Collège de France (1977-78), Paris: Gallimard/Seuil (Collection «Hautes Études»), 2004, 435 p. Eurostudia, 2(2).
- LOIS, M. (2014). *Apuntes sobre los márgenes: fronteras, fronterizaciones, órdenes socioterritoriales*. As ciências sociais nas fronteiras. Teorias e metodologias de pesquisa, coordenado por Eric Gustavo Cardin y Silvio Antônio Cognese, 239-261.
- MACHADO, L. O. (2000). Limites e fronteiras: da alta diplomacia aos circuitos da ilegalidade. *Revista território*, 8, 9-29.
- MARTINS, J.S. (1997). *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Hucitec.
- MELO, F. (2020). Cadastrar, incluir e proteger: as malhas da assistência social na fronteira Amazônia. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de São Paulo. <https://doi.org/10.11606/T.8.2020.tde-19042021-132559>
- MELO, F. (2018). Pena e perigo no governo da fronteira: considerações para uma análise generificada da fronteira amazônica de Brasil, Peru e Colômbia. *Revista de Ciências Sociais: RCS*, 49(3), 201-242.
- MELO, F., e Olivar, J. M. N. (2019). O ordinário e o espetáculo no governo da fronteira Normatividades de gênero em Tabatinga. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 34. <https://doi.org/10.1590/3410116/2019>
- NASH, M. (1990). Review of *Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity; Homophobia: A Weapon of Sexism*, by J. Butler and S. Pharr. *Hypatia*, 5(3), 171–175.
- NIETO OLIVAR, J. M. (2018). Género, dinero y fronteras amazónicas: la “prostitución” en la ciudad transfronteriza de Brasil, Colombia y Perú. *Cadernos pagu*.
- NASCIMENTO, S. D. S. (2018). Desire-cities: a transgender ethnography in the urban boundaries. *Vibrant: Virtual Brazilian Anthropology*, 15(1). <https://doi.org/10.1590/1809-43412017v15n1a501>
- OSORIO MACHADO, L., Parente Ribeiro, L., e do Rego Monteiro, L. C. (2014). Geopolítica fragmentada: interações transfronteiriças entre o Acre (BR), o Peru e a Bolívia. *Cuadernos de Geografía: Revista Colombiana de Geografía*, 23(2), 15-30. <https://doi.org/10.15446/rcdg.v23n2.43367>

- OLIVAR, J. M. N., e Passamani, G. (2019). Apresentação: Corpos, fronteiras, gênero e sexualidade. *Revista de Antropologia da UFSCar*, 11(1), 474-485.
- OLIVAR, J. M. N., Cunha, F. M., e Rosa, P. C. (2015). Presenças e mobilidades transfronteiriças entre Brasil, Peru e Colômbia: o caso da ‘migração peruana na Amazônia brasileira’. *Revista TOMO*, 26, 123-163. <https://doi.org/10.21669/tomo.v0i0.4405>
- OLIVAR, J. M. N. (2015). Performatividades governamentais de fronteira: a produção do Estado e da fronteira através das políticas de tráfico de pessoas na Amazônia brasileira. *Revista Ambivalências*, 3(5), 149-182. <https://doi.org/10.21665/2318-3888.v3n5p149-182>
- OLIVEIRA, M.M.D. (2014). Dinâmicas Migratórias na Amazônia Contemporânea.
- PAIVA, L. F. S. (2018). As dinâmicas do mercado ilegal de cocaína na tríplice fronteira entre Brasil, Peru e Colômbia. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 34. <https://doi.org/10.1590/349902/2019>
- PAIVA, L. F. S. (2015). Nas margens do Estado-nação: as falas da violência na tríplice fronteira amazônica. *Revista TOMO*. <https://doi.org/10.21669/tomo.v0i0.4651>
- PAIVA, L.F.S., Albuquerque, J.L. e Cardin, E. (2018). A fronteira como campo de pesquisa (apresentação de dossiê). *Revista de Ciências Sociais*, 49(3).
- PISCITELLI, A. (2013). Trânsitos: brasileiras nos mercados transnacionais do sexo. EdUERJ.
- PISCITELLI, A. (2011). Gênero, sexo, amor e dinheiro: mobilidades transnacionais envolvendo o Brasil (pp. 537-582). G. de Oliveira Assis, e J. M. N. Olivari (Eds.). Campinas: UNICAMP.
- QUIJANO, A. (1992). Colonialidad y modernidad/racionalidad. *Perú indígena*, 13(29), 11-20.
- RIVERA CUSICANQUI, S. (2010). Ch’ixinakax utxiwa. Una reflexión sobre prácticas y discursos descolonizadores. Tinta limon.
- RODRIGUES, F. (2006). Migração transfronteiriça na Venezuela. *Estudos avançados*, 20(57), 197-207. <https://doi.org/10.1590/S0103-40142006000200015>
- SAID, E. (1978). *Orientalism*. London: Penguin Books.
- SILVA, S. A. D. (2011). Migração internacional recente no amazonas: o caso dos Hispano-americanos. *Contexto Internacional*, 33(1), 155-177. <https://doi.org/10.1590/S0102-85292011000100007>

- STOCKING, G. W. (Ed.). (1991). Colonial situations: Essays on the contextualization of ethnographic knowledge (Vol. 7). Univ of Wisconsin Press.
- VELHO, O. G. (2009). *A extração livre*. In: Frente de expansão e estrutura agrária: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônia [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais
- VELHO, O. G. (2009). *Frentes de expansão e estrutura agrária: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica*. Centro Edelstein, <https://doi.org/10.7476/9788599662915>
- WIMMER, A., e Glick Schiller, N. (2002). Methodological nationalism and beyond: nation-state building, migration and the social sciences. *Global networks*, 2(4), 301-334. <https://doi.org/10.1111/1471-0374.00043>
- ZÁRATE BOTÍA, C. (2008). *Silvícolas, siringueros y agentes estatales: el surgimiento de una sociedad transfronteriza en la Amazonia de Brasil, Perú y Colombia 1880-1932*. Instituto Amazónico de Investigaciones (IMANI).